

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: desenvolvimento rural sustentável

Período de Análise: 01/08/2016 a 31/08/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira.

Índice:

Planos contra desmatamento terão nova fase. Letícia Verdi – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 02/08/2016	3
Ministro lança campanha contra queimadas. Lucas Tolentino – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 02/08/2016	4
Manifesto contra os alimentos transgênicos e a favor da segurança alimentar. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 03/08/2016	5
Agrotóxicos deixam rastro de câncer e morte pelo interior de São Paulo. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/08/2016.....	7
Sociedade civil discute economia florestal. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/08/2016	9
Tecnologias do Projeto Biomas da CNA serão replicadas em Programas de Sustentabilidade da Votorantim. – Site da Confederação Nacional da Agricultura. 24/08/2016.....	10
Curso ensina recomposição do Cerrado. Marta Moraes – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/08/2016	11
Encontro PanAmazônico discute impactos de grandes projetos e economia verde na vida dos povos. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 26/08/2016.....	12
Multiplicadores aprendem técnicas para recompor a vegetação do Cerrado. – Site da Confederação Nacional da Agricultura. 26/08/2016	13
Revitalizar o rio São Francisco passa por mudar as atividades produtivas, apontam pesquisadores. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/08/2016.....	16

Planos contra desmatamento terão nova fase. Letícia Verdi – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 02/08/2016

As comissões executivas do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) reuniram-se nesta terça-feira (02/08) no Ministério do Meio Ambiente (MMA). O secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Everton Lucero, abriu a reunião, que contou com a participação de representantes de diversos órgãos federais ligados ao tema.

“O PPCDAm foi o grande responsável, na última década, pela contribuição brasileira no combate ao problema global da mudança do clima”, afirmou Lucero. Na reunião, foram discutidos os objetivos e planos de trabalho para a quarta fase do PPCDAm e terceira do PPCerrado, que se iniciam neste ano e seguem até 2020. “As próximas fases dos planos terão os mecanismos necessários para avançarmos na redução do desmatamento e atingir as metas compactuadas no contexto do Acordo de Paris”.

RESULTADOS

Na reunião, foram apresentados os resultados das oficinas realizadas em junho sobre as propostas de modelo de governança e objetivos para as novas fases dos planos. Os resultados mostraram que 89% do desmatamento da Amazônia acontece em assentamentos e glebas sem destinação e áreas privadas, sendo 36% em áreas privadas, 27% em assentamentos, 26% em glebas (ocupação de áreas federais em destinação), 2% em Terras Indígenas e 9% em Unidades de Conservação. Já para o Cerrado, 97% do desmatamento, de acordo com o TerraClass 2013, aconteceu em áreas privadas.

No contexto apresentado, foi destacada a importância da regularização fundiária para vencer e avançar na redução do desmatamento ilegal. Além disso, a responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios foi apontada como fundamental para combater o problema. No plano de ação para as próximas fases, que vão de 2016 a 2020, estão as áreas prioritárias como a BR163, a tríplice divisa amazônica (Amazonas, Rondônia e Acre) e a região de Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) no Cerrado.

Participaram da reunião do PPCDAm e do PPCerrado representantes de órgãos federais envolvidos na elaboração dos planos: vinculadas do MMA (ICMBio, Ibama, ANA e

SFB), Presidência da República, Ministérios da Fazenda, Agricultura, Desenvolvimento e Planejamento, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Funai, Embrapa, Inpe e Polícia Federal.

Ministro lança campanha contra queimadas. Lucas Tolentino – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 02/08/2016

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, lançou nesta terça-feira (02/08), em cadeia nacional de rádio e televisão, campanha de prevenção contra queimadas no Brasil. No pronunciamento oficial, Sarney Filho destacou a importância da atuação dos estados e municípios e da sociedade para acabar com os incêndios florestais que atingem o país nesse “momento especialmente difícil” de seca.

Com o mote “Fogo no mato, Prejuízo de Fato!”, a campanha tem o objetivo de evitar os “efeitos desastrosos para o ambiente e suas populações” causados pelas queimadas. O ministro acrescentou que o governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e dos órgãos vinculados, tem feito a sua parte de fiscalização de incêndios criminosos e, principalmente, de orientação aos produtores rurais no preparo da terra.

Confira abaixo a íntegra do pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO DE ABERTURA
DA CAMPANHA DE PREVENÇÃO CONTRA QUEIMADAS

Meus amigos:

O mundo vem sofrendo fortes alterações climáticas, que provocam períodos de inundações e falta d’água, frio e calor extremos, com uma ocorrência cada vez maior. Essa realidade, muitas vezes, traz efeitos desastrosos para o ambiente e suas populações.

Nosso país está passando por um momento especialmente difícil. A seca dos dois últimos anos no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste fez com que o Brasil tivesse, nos últimos meses, a maior quantidade de incêndios registrada até hoje para essa época. E este, que é o período tradicionalmente seco, está apenas começando. A situação tende a piorar.

Corremos o risco de enfrentar uma grande tragédia, já que os incêndios prejudicam a saúde, a produção agropecuária e de água, a distribuição de energia elétrica, o solo, a atmosfera, a fauna e a flora, enfim, trazem danos enormes ao homem e ao meio ambiente.

O Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e Instituto Chico Mendes tem feito a sua parte. Estamos fiscalizando queimadas criminosas e, principalmente, orientando os produtores rurais no preparo da terra, utilizando as melhores práticas. Então, o ideal é que antes de lidar com fogo, o produtor procure orientação nos órgãos ambientais do seu município. Se autorizado, o aceiro deve ser feito. Evite acender fogueiras, soltar balões, jogar pontas de cigarros acesas e fazer queimadas, por menores que sejam.

Para o Governo, a prevenção dos incêndios é prioridade, principalmente neste momento tão crítico e emergencial. Por isso, ao LANÇAR ESTA CAMPANHA NACIONAL, pedimos o esforço e o empenho dos estados e municípios e de cada brasileiro, para acabarmos com este problema tão grave para o nosso país.

E fique atento:

FOGO NO MATO, PREJUÍZO DE FATO!

Muito obrigado. Boa noite!

Manifesto contra os alimentos transgênicos e a favor da segurança alimentar. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 03/08/2016

No 16º Encontro de Sementes Crioulas, realizado no dia 27 de julho em Arvorezinha, Diocese de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, os/as mais de 500 participantes se manifestaram contra os alimentos transgênicos e a favor da segurança alimentar.

O Encontro de Sementes Crioulas é organizado pela Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul (CPT-RS) e conta com o apoio de diversos movimentos e entidades. Nesta edição, o encontro teve como tema "Comida de verdade com sementes de verdade", com o objetivo de valorizar e fortalecer a produção de alimentos saudáveis e da prática agroecológica, além de multiplicar os grupos de guardiãs e guardiões de sementes crioulas garantindo assim a diversidade e a soberania dos alimentos e dos povos. Participaram

também agricultores e agricultoras das comunidades indígenas e quilombolas. Confira o documento final do Encontro:

Manifesto contra os alimentos transgênicos e a favor da segurança alimentar

O recente relatório a respeito dos transgênicos efusivamente propagandeado em horário nobre pela grande mídia teve como óbvio interesse de tranquilizar os consumidores. Com o objetivo de dar uma versão pretensamente científica, por todos os cantos do planeta ouviu-se a afirmação de que “alimentos transgênicos não fazem mal à saúde”. Porém nós, entidades, agricultores e consumidores, que defendem a alimentação saudável, queremos dizer à sociedade que não concordamos com essa afirmação, pois sabemos que existem vários estudos que, DE FORMA CIENTÍFICA, apontam para os riscos da ingestão dos alimentos transgênicos à saúde.

O tal relatório não fez nenhuma pesquisa, mas uma junção de dados e concluiu tendenciosamente que não haviam provas de que os transgênicos fazem mal. Porém, escondeu-se o fato de que não provar o malefício não significa provar que é seguro. Continuamos a entender que o princípio da precaução deve reger toda a nova tecnologia criada pelo homem, especialmente no que diz respeito a alimentação humana e que as pesquisas desse caráter normalmente são superficiais.

Será que os autores do relatório analisaram os estudos que indicam os efeitos nocivos dos transgênicos a saúde? Ou, como já ocorreu outras vezes, esses estudos foram ignorados? No livro “Lavouras Transgênicas: riscos e incertezas” estão descritos mais de 750 estudos que são sumariamente desprezados pelos órgãos reguladores. A consistente pesquisa francesa de Seralini de 2014 observou relação entre o consumo de transgênicos e o aparecimento de TUMORES MALÍGNOS em cobaias. Por que isso não está sendo divulgado?

A divulgação bombástica do relatório, nesse momento, não tem relação com novas descobertas, mas, possivelmente com os acontecimentos que arranharam a imagem dos transgênicos nos últimos tempos: a mudança de posição de pesquisadores, como o canadense Thierry Vrain que, de fervoroso cientista a favor tornou-se um combatente dos transgênicos indo a público expor as mentiras da propaganda da indústria de biotecnologia; o manifesto dos 815 cientistas de 82 países pedindo a suspensão dos transgênicos em todo o mundo; o despertar de consciência da sociedade de vários países

exigindo rótulos nos alimentos transgênicos; a guerra comercial contra a postura da Europa de querer comer alimentos seguros e não importar transgênicos; entre outros.

Por tudo isso, as Articulações de Agroecologia do Vale do Taquari e do Vale do Rio Pardo e os participantes do 16º Encontro Diocesano de Sementes Crioulas vêm a público manifestar que não aceitamos o relatório e a propaganda pró-transgênico e propomos que a sociedade tampouco aceite. Repudiamos a forma com que a CTNBio guiada por interesses econômicos, avalia e libera essas sementes. Ao invés disso, queremos mais pesquisa séria e menos liberação comercial dessa tecnologia pois ninguém quer ser cobaia dos alimentos da engenharia genética.

Agrotóxicos deixam rastro de câncer e morte pelo interior de São Paulo. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/08/2016

Agrotóxicos usados na monocultura da cana em SP elevam índices de adoecimento entre os agricultores e toda a população. Estado consome 4% da produção mundial e índices de doenças e mortes bem acima das médias estaduais.

Cidades médias e pequenas do interior do estado de São Paulo, localizadas em meio a grandes extensões de terra com monocultura da cana e banana, entre outras, apresentam taxas de incidência de malformações congênitas e diversos tipos de câncer acima da média estadual.

Em Ribeirão Corrente, na região de Franca, o índice de malformações é 26 casos para grupos de 100 mil nascidos vivos – mais de três vezes maior que a do estado, que é de 8.2. Em Sandovalina, na região do Pontal do Paranapanema, onde há ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o índice é 21. Na cidade de São Paulo, totalmente urbanizada, a taxa é de 9.5.

"Em Franca, uma mulher que engravida tem 50% a mais de chances de ter um filho com malformação do que uma moradora de Cubatão, por exemplo. E nem precisa ser agricultora. Está comprovado por estudos que em 70% dos casos de malformação congênita as causas são ambientais", diz o defensor público Marcelo Novaes, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em Santo André, no ABC Paulista.

A incidência de câncer também é alta na zona rural. Em Bento de Abreu, na região de Araçatuba, há 18 óbitos por câncer cerebral para cada 100 mil habitantes. A taxa estadual é 6.6. "Essas cidades pequenas são fronteira entre o urbano e rural. Você sai da igreja matriz e já está numa plantação de cana, onde há pulverização aérea ou por tratores", diz o defensor.

Ainda segundo ele, as taxa de mortes causadas por câncer de fígado é de 6.94 por 100 mil pessoas no estado, de 7.43 na capital paulista e de 20 em Turmalina, na região de São José do Rio Preto. Quase três vezes mais. "São cidades pequenas, com menos de 20 mil habitantes. Temos uma tragédia no interior paulista. As pessoas estão morrendo pelo veneno. Se antes se fazia excursão para o Paraguai, para compra de muamba, ou para Aparecida, para rezar na catedral, hoje se faz aos centros oncológicos", compara.

Novaes se baseia no Observatório de Saúde Ambiental, uma plataforma de dados completos sobre utilização de agrotóxicos no estado, os tipos, as regiões, as culturas onde são empregados, bem como grupos populacionais afetados por doenças reconhecidamente desencadeadas pela exposição a esses produtos. O site interativo, que permite a criação de mapas em que é possível visualizar a distribuição das informações sobre o território paulista, foi desenvolvido por professores da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

"O mapa mostra o rastro de câncer em cidades em torno da via Anhanguera afora. Basta checar", aponta Novaes, destacando que a Secretaria Estadual de Saúde, porém, nega todas essas evidências.

Conforme ressaltou ainda, o problema das pequenas cidades de São Paulo se repete no Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Paraná e outros estados com grandes áreas onde o agronegócio se instalou. Por isso, conforme acredita, agrotóxicos não deve ser tema limitado aos ambientalistas, e sim de conselhos tutelares, de defesa dos direitos da pessoa com deficiência, das mulheres e de toda a sociedade. "Precisamos fazer uma análise conjuntural desse projeto assassino que está em gestão em nosso país", alerta.

Sistema excludente

Para Marcelo Novaes, a realidade dos agrotóxicos constitui a espinha dorsal de um "sistema excludente e prospectório da vida e da natureza". E o avanço de projetos nocivos como o PL do Veneno, o PL 3.200/15, ocorre numa perspectiva não de mudanças, mas

de retrocessos. "No arcabouço jurídico, há o direito dos códigos que conversa com os poderosos e o direito da prática que oprime os oprimidos, ou seja, a população. A engenharia disso é o ilegal que para os poderosos passa a ser legal", diz.

"É por isso que são autorizados o corte de árvores centenárias, num prejuízo ambiental irreversível, sem um plano de manejo. É por isso que a mineradora Samarco matou um rio, as praias e continua com todo o vazamento; que há falta de água em São Paulo enquanto a Sabesp paga dividendos aos acionistas, que o Código Florestal tão discutido com a sociedade está sendo esculachado aqui em São Paulo, fora a privatização de áreas florestais, que permite a extração de madeira. E a população se vê diante da ameaça crescente dos agrotóxicos", aponta.

"O ilegal passa a ser legal e há apropriação do bem público pelo privado num processo de mudança das regras do jogo em pleno jogo. É como se, num jogo de xadrez, o cavalo passasse a ser movimentado como se fosse um bispo, uma torre. A gente vai ter de encarar isso."

Marcelo Novaes participou da audiência pública promovida ontem (12), em São Paulo, pelo mandato do deputado federal Nilto Tatto (PT-SP). O parlamentar integra a comissão especial da Câmara que analisa o PL 3.200/2015.

Sociedade civil discute economia florestal. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/08/2016

As ações de restauração da Mata Atlântica auxiliarão no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono no país. O assunto foi debatido nesta quinta-feira (18/08), no Rio de Janeiro, no primeiro dia dos Diálogos Brasil Sustentável, realizados na Casa Brasil, um espaço para divulgar o país durante os jogos olímpicos. Os debates fazem parte da programação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nas Olimpíadas Rio 2016.

Os projetos voltados para a recuperação florestal apareceram como alternativas para conter a mudança do clima e os problemas associados, como escassez hídrica. "Não adianta focar apenas nos recursos. É preciso estabelecer uma cadeia completa de restauração", afirmou Aretha Medina, da SOS Mata Atlântica. "Precisamos de

conscientização para multiplicar esse potencial”, acrescentou o diretor da SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani.

A necessidade de fomento e apoio também foi apontada como fundamental para acelerar a recuperação ambiental e, com isso, gerar uma economia florestal no país. “As políticas públicas precisam criar condições para a restauração em larga escala”, avaliou a diretora do World Resources Institute (WRI), Rachel Biderman.

AUTONOMIA

A sustentabilidade na produção de alimentos e o incentivo ao pequeno produtor também foram tema dos debates. A chef paulista Ana Luiza Trajano destacou a importância em priorizar os produtos da sociobiodiversidade como forma de desenvolver a economia do país e difundir a gastronomia brasileira. “Quando damos preferência a esses produtores, geramos autonomia econômica para o país”, observou.

A chef carioca Teresa Corção, presidente do Instituto Maniva, ressaltou o valor da agroecologia e das receitas tipicamente brasileiras. “É muito importante buscar a origem dos alimentos que comemos”, afirmou. “A prioridade deve ser sempre do pequeno produtor rural”, emendou o chefe baiano Beto Pimentel.

Tecnologias do Projeto Biomas da CNA serão replicadas em Programas de Sustentabilidade da Votorantim. – Site da Confederação Nacional da Agricultura. 24/08/2016

A equipe do Projeto Biomas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Cerrados) visitaram na quarta-feira, (17/08), a Fazenda Engenho, do Grupo Votorantim, localizado em Niquelândia (GO). A visita faz parte de troca de experiências entre as empresas na área de sustentabilidade.

De acordo com a coordenadora executiva do Projeto Biomas da CNA, Cláudia Rabello, o grupo está muito interessado nas tecnologias do Biomas para replicar em sua fazenda, como forma de transformá-la em propriedade modelo com vários projetos de sustentabilidade. “Eles possuem uma área com 28 mil hectares, dos quais 24 mil são áreas nativas de cerrado. Os quatro mil hectares restantes serão utilizados com lavoura.

Entendemos que muitas técnicas pesquisadas pelo Projeto podem ser replicadas nas duas situações e contribuir para que o grupo atinja seus objetivos”, comentou.

Interação – Segundo a coordenadora executiva, o Projeto Biomas pode ajudar tanto na área de preservação, quanto em produção. “Temos total interesse na floresta em pé e no que podemos ensinar para as comunidades locais”. Nesta semana, um técnico da Votorantim vem a Brasília para ser capacitado por pesquisadores do Projeto Biomas. Ele participará de curso que abordará os diversos métodos de recomposição da vegetação nativa.

Também participaram da visita, o coordenador do projeto no bioma Cerrado, Felipe Ribeiro, o pesquisador da Embrapa Cerrados, Fernando Souza Rocha, e o assessor técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, João Carlos Dé Carli.

Curso ensina recomposição do Cerrado. Marta Moraes – Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/08/2016

Técnicas e processos disponíveis para a recomposição de áreas degradadas são apresentadas, até sexta-feira (26/08), em Brasília, em curso promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater), com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Cerca de 30 técnicos estão participando do curso “Recomposição da Vegetação no Cerrado”, promovido desde ontem (24/08) na Embrapa Cerrados (Planaltina/DF). O evento é voltado a profissionais ligados ao tema e à cadeia produtiva de sementes e mudas de espécies nativas no bioma, pesquisadores e estudantes. A capacitação inclui ciclo de palestras e dia de campo.

Segundo Allan Milhomens, gerente de projetos da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural do MMA, o curso é muito oportuno. “Esse assunto é extremamente importante para a produção de alimentos com mais sustentabilidade”, destacou.

AGENDA

Durante o curso, os participantes vão adquirir conhecimentos sobre tecnologias e

processos sobre a legislação ambiental, caracterização do Cerrado, produção de mudas, a ferramenta virtual Web-ambiente e metodologias para recuperação de áreas degradadas. A ideia é que os alunos sejam capacitados para atuar com eficiência na adequação da paisagem rural ao novo Código Florestal Brasileiro.

O extensionista rural da Emater-DF, Antônio Carlos Mendes, um dos coordenadores do curso, juntamente com o pesquisador da Embrapa José Felipe Ribeiro, afirmou que “com o conhecimento da legislação e das técnicas, os participantes poderão trabalhar para a recuperação do Cerrado”.

A capacitação teve ainda o apoio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Rede de Fomento Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF) e da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ).

Encontro PanAmazônico discute impactos de grandes projetos e economia verde na vida dos povos. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 26/08/2016

Reunidos de 23 a 25 de agosto deste ano de 2016, cerca de 120 pessoas, representantes de diversos movimentos, organizações da sociedade civil, pastorais, líderes de comunidades tradicionais e povos indígenas e líderes religiosos, se reuniram para análise da conjuntura e estudos sobre os grandes projetos desenvolvimentistas e seus impactos negativos na vida dessas comunidades, povos e ao meio ambiente.

Ao final, um documento foi encaminhado às autoridades do Peru, Bolívia e Brasil, bem como para as sociedades destes países. Leia na íntegra:

“Das margens do rio Mamoré nossas vozes ecoam em defesa da mãe Terra e das filhas e filhos da Terra!”

Vindas e vindos do Amazonas, do Acre, da Bolívia, de Brasília, do Peru, do Mato Grosso e de Rondônia; das comunidades indígenas, das comunidades extrativistas (seringueiros, castanheiros e açazeiros), das comunidades ribeirinhas, da agricultura familiar, das cidades, das comunidades de matriz africana, das comunidades camponesas, das veias dos rios: Madeira, Mamoré, Guaporé, Acre, Juruá, Purus, Madre de Dios, Abunã, Cabixi, Beni, Jamari, Machado, Juruena, Marmelo, São Miguel, Moa, Yata, Branco e Pimenta, todos violentados por projetos de infraestruturas (hidrelétricas, pequenas centrais

hidrelétricas, termoelétricas, rodovias, hidrovias, mineração, pecuária, exploração madeireira, petrolífera, expansão da monocultura da soja, eucalipto, cana de açúcar, projetos de REDD, invasões de áreas protegidas, que culminam com ameaças e mortes de lideranças). Nos encontramos no II Encontro Sem Fronteiras - Bolívia, Brasil e Peru, na cidade de Guajará Mirim/RO, com o objetivo de trocar experiências de vida, fortalecer a luta e refletir os impactos desses grandes empreendimentos e as mudanças climáticas decorrentes da ação do sistema capitalista, por meio de empresas e governos, que não levam em conta a vida da Mãe Terra e de suas Filhas e Filhos.

Motivadas e motivados pela espiritualidade dos povos da floresta, das águas, do campo e das cidades, em uma só voz denunciemos as várias faces desse desenvolvimento perverso, que produz o Ecocídio, o Etnocídio e o Genocídio da mãe terra e alimenta o capitalismo selvagem, mercantilizando os rios, as florestas, o ar e a terra mãe, expulsando as filhas e os filhos da terra em favor dos projetos, que produzem morte cultural, econômica, social e organizacional dos povos indígenas, comunidades tradicionais, camponeses, comunidades de matriz africana e comunidades urbanas.

Reafirmamos nosso compromisso em Defesa da Vida, porque “nós somos guerreiras e guerreiros e não vamos deixar que matem a mãe Terra” e nos unimos em Aliança para impulsionar os processos de informação, de conscientização, de mobilização e de fortalecimento das práticas milenares, que defendem o Bem Viver como alternativa e solução para enfrentar as mudanças climáticas decorrentes deste modelo econômico excludente.

A PanAmazônia precisa Viver para que a Mãe Terra - a Pacha Mama - possa garantir a vida sadia das atuais e futuras gerações.

Multiplicadores aprendem técnicas para recompor a vegetação do Cerrado. – Site da Confederação Nacional da Agricultura. 26/08/2016

Cerca de 30 técnicos de instituições públicas e privadas atuantes no Distrito Federal e região estão participando do curso “Recomposição da Vegetação no Cerrado”, realizada de hoje (24) a 26 de agosto na Embrapa Cerrados (Planaltina, DF). Promovida pela Embrapa e pela Emater-DF, com apoio do Projeto Biomas, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), do Ministério do Meio Ambiente, da Rede de

Fomento ILPF e da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), a atividade concentra módulos sobre legislação, aspectos técnicos e ferramentas, além de visitas a campo.

Durante o curso, os participantes vão adquirir conhecimentos sobre tecnologias e processos sobre a legislação ambiental, caracterização do Cerrado, produção de mudas, a ferramenta virtual Web-ambiente e metodologias para recuperação de áreas degradadas. A ideia é que os alunos sejam capacitados para atuar com eficiência na adequação da paisagem rural ao novo Código Florestal Brasileiro.

“É uma satisfação realizarmos este curso no momento em que o assunto tratado é extremamente importante para a demanda que a sociedade nos coloca de produzir com sustentabilidade”, observou o chefe-adjunto da Transferência de Tecnologia da Embrapa Cerrados, Sebastião Pedro, representando o chefe geral do centro de pesquisa, Cláudio Karia.

Coordenadores do curso, o pesquisador José Felipe Ribeiro e o extensionista rural da Emater-DF, Antônio Carlos Mendes, destacaram o caráter prático do curso. “Temos aqui a interação entre a pesquisa, que é a Embrapa, e a aplicação da pesquisa no campo, que é a Emater”, explicou Ribeiro. “Com o conhecimento da legislação e das técnicas, vamos trabalhar para a recuperação do Cerrado”, completou Mendes.

Em busca de novos conhecimentos, Deyver Santos, gerente administrativo do departamento agrícola do Grupo Votorantim, decidiu participar do curso. “Espero encontrar novas ferramentas e opções de uso para impulsionar o desenvolvimento estratégico de uma área de cerca de 28 mil hectares que o Grupo tem em Niquelândia (GO)”, afirmou.

Lorena Lucas, assessora técnica do Centro de Excelência do Cerrado (Cerratenses), órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, está interessada em saber mais sobre recuperação de áreas degradadas no Cerrado. A instituição em que atua encabeça um fórum permanente de entidades que estão construindo o Plano de Recuperação do Cerrado no DF. “Tenho experiência no Bioma Mata Atlântica e agora quero entender como (a recomposição da vegetação) funciona no Cerrado para poder prestar assistência e ser multiplicadora dos técnicos. São informações que vão auxiliar no nosso trabalho”, disse.

Extensionistas da Emater-DF, os agrônomos João Ricardo Soares e Rafael de Medeiros querem se atualizar quanto à legislação e conhecer técnicas. “A bagagem da legislação é complexa. Precisamos conhecê-la, assim como as alternativas oferecidas pela Embrapa para recuperação do Cerrado”, comentou Medeiros. “Minha expectativa é ficar atualizado quanto à legislação e conhecer as opções que possam ser aplicadas, dado que a recomposição (da vegetação) geralmente não é vista pela dimensão econômica. Queremos conhecer medidas efetivas nesse sentido”, completou Soares.

Além das palestras, os participantes fazem visitas a campo nesta sexta-feira (26). Pela manhã, eles vão conhecer o viveiro da Embrapa Cerrados com a participação do pesquisador Tadeu Graciolli e da Fazenda Savana, no Núcleo Rural Tabatinga (DF).

À tarde, o grupo seguirá para a Fazenda Entre Rios, no PAD-DF, que abriga a área demonstrativa do Projeto Biomas, iniciativa da Embrapa e da CNA que tem como objetivo apresentar aos produtores rurais modelos de uso da árvore com fins econômicos e ambientais.

Serão apresentadas duas estações técnicas por pesquisadores da Embrapa Cerrados. José Felipe Ribeiro vai falar sobre semeadura direta e plantios de mudas como estratégias para recuperação de áreas de Cerrado; e os pesquisadores Karina Pulrolnik e Kleberson de Souza apresentarão o sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) como alternativa para recuperação do Bioma.

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos.

Os estudos estão sendo desenvolvidos nos 6 biomas brasileiros para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto, John Deere e BNDES. No Cerrado, o Projeto Biomas é coordenado pela Embrapa Cerrados, com apoio da Embrapa Florestas, Emater/GO, Instituto Federal Goiano, Universidade de Brasília - UNB e Universidade Federal de Goiás - UFG.

Revitalizar o rio São Francisco passa por mudar as atividades produtivas, apontam pesquisadores. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/08/2016

A continuidade do modelo econômico atual na Bacia do Rio São Francisco, com atividades que consomem muita água e provocam devastação dos biomas, e a falta de informações sobre a real necessidade por água podem atrapalhar ou mesmo inviabilizar a revitalização do manancial.

A opinião é compartilhada pelo engenheiro agrônomo João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), e pelo sociólogo Adriano Martins, que participou de uma peregrinação pelas cidades cortadas pelo rio na década de 1990.

Especialista em convivência com o semiárido, Suassuna se diz incrédulo com o plano Novo Chico, lançado pelo governo do presidente interino Michel Temer. Ele relata que o Rio São Francisco praticamente não tem mais mata ciliar, o que provoca assoreamento e, em consequência, a baixa reprodução de peixes. Além disso, ele cita que é urgente solucionar o problema dos esgotos que são lançados sem tratamento na calha do rio.

O novo programa prevê ações para proteção e recuperação das nascentes, controle de processos erosivos e recuperação de áreas degradadas. Na primeira fase, terão prioridade as obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que estão em andamento, com investimento total de R\$ 1,162 bilhão. O pesquisador conta que, no início do governo Lula (o primeiro mandato do ex-presidente foi de 2003 a 2006), houve uma preocupação e uma intenção de atacar esse problema. No entanto, com o advento do projeto da transposição, os recursos acabaram sendo redirecionados.

“O governo Temer chega agora com o plano Novo Chico e tenta acelerar essas questões da revitalização, mas estamos numa crise muito séria, com falta de recursos. Não acredito, em hipótese alguma, que esse plano vá para frente. Deveria haver prioridade na conclusão da transposição e deixar para mais tarde, depois que começar a resolver os problemas de abastecimento do povo, o investimento na revitalização do rio.”

Suassuna aponta que é necessário realizar um trabalho intenso comandado por hidrólogos para saber qual a oferta e a demanda por água do São Francisco. Ele relata, por exemplo, que existe um uso exacerbado da água dos aquíferos (águas subterrâneas), principalmente pela agricultura irrigada.

“O que se sabe hoje é que o São Francisco está correndo com pouca água, há a perspectiva de a represa de Sobradinho chegar ao volume morto em novembro, numa situação em que o Nordeste está sedento. Se a transposição estivesse em funcionamento, o rio não teria condições de fornecer o volume suficiente para atender as necessidades dos nordestinos.”

Quase 25 anos atrás, as condições da bacia do rio São Francisco já chamavam a atenção de estudiosos e ambientalistas. Em 1992, quatro pessoas, entre elas o hoje bispo de Barra (BA), dom Luiz Cappio, e o sociólogo Adriano Martins, realizaram uma peregrinação por cidades da bacia desde a nascente até a foz, para dialogar com as populações ribeirinhas sobre a degradação do manancial e buscar soluções para os problemas.

À época, segundo Martins, a situação mais visível era o desmatamento das matas ciliares, das regiões de nascentes e das encostas, o que gerava o carreamento de terra para o leito do rio. Os impactos dos grandes barramentos, a exemplo da represa de Sobradinho, também foram notados pelos peregrinos. De acordo com o sociólogo, as obras alteraram o ciclo de vazão e cheia, fazendo com que as águas cheguem à foz sem força e provocando o avanço do mar rio adentro.

A falta de gestão do uso das águas também foi verificada na década de 1990 e, de acordo com Martins, o problema persiste e se agrava a partir do avanço do agronegócio. “Há uma busca maior da água para fins produtivos. Existe um esforço do comitê de bacias [Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco] para mediar esses conflitos, minorá-los, mas na hora da disputa, quem tem mais peso político e mais poder econômico acaba levando vantagem.”

Furo na água

Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA), 68% da água retirada do rio São Francisco são destinadas à irrigação.

O sociólogo defende que a revitalização do rio São Francisco requer uma reorientação da proposta de desenvolvimento da região, revendo, por exemplo atividades como o plantio de eucalipto para produção de celulose e monoculturas para exportação, que são altamente degradantes. Para ele, há atividades lucrativas que causam pouco impacto na região da bacia, como a caprinocultura e a ovinocultura.

“Pensar revitalização sem pensar a reorientação do desenvolvimento da região é como fazer furo na água. É possível evitar danos maiores, mas não revitaliza de fato.”

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa